

A esquerda faz escola

Trata-se de um equívoco acreditar que só a oposição enfrenta problemas de unidade para disputar a eleição presidencial do ano que vem. Ali, no que se refere ao primeiro turno, a toalha já está no chão. Mas quando a gente revê as cenas de desacerto total entre os partidos em tese alinhados ao governo federal, na disputa pela presidência do Senado e na condução do caso Jader Barbalho, fica evidente que os conservadores já foram mais eficientes no quesito unidos venceremos.

Se não houve acordo para fazer uma substituição cuja necessidade era unânime, a importância do cargo muito mais reduzida e o poder em jogo infinitamente menor, lícito supor que serão amazônicas as dimensões do descompasso em que se envolverão esses senhores na busca de um acerto para disputar a Presidência da República.

No discurso, as coisas até caminham razoavelmente. São todos de uma fidalguia exemplar. O presidente Fernando Henrique diz que o candidato não precisa ser do PSDB, o governador de Pernambuco – hoje o predileto do PMDB – propõe armistício geral, o ministro Pratini de Moraes – a hipótese do PPB – assegura que não quer ver seu nome nessa roda agora e o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, considera que os partidos “têm, nesse momento mais do que nunca, obrigação de se entender”.

Tudo muito bom, tudo muito bem, mas não se viu ainda ninguém disposto a depositar as armas. Nem ao menos manifestando genuína vontade de aceitar a sugestão do outro. Ao contrário, as cenas da semana passada só reforçam o quanto será acirrada a disputa interna do campo governista pela sucessão de Fernando Henrique.

Nesse grupo faz muito sucesso a tese segundo a qual política não se faz pela via do veto. Mas pelo jeito o lema não se aplica quando em jogo estão os interesses de seus autores. Basta ver que o exercício da exclusão marcou fortemente os (des)entendimentos na escolha do novo presidente do Senado.

Episódio que culminou com uma opção mediana, de caráter improvisado e com a nítida interferência do Poder Executivo. O Parlamento que tanto se sente subtraído pelo uso de medidas provisórias, aceita docemente contrangido a subtração da prerrogativa de resolver uma sucessão interna. Seria apenas lamentável para o Congresso, caso esse colegiado não fosse com-

posto pelos personagens que conduzirão – ou pelo menos pretenderão conduzir – a eleição presidencial.

Não bastasse o fato de o PFL e o PMDB continuarem a se portar pelos ditames da briga-mãe entre Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães, o PSDB incorpora-se ao cenário pela ótica da aliança mais conveniente e a oposição faz papel de rebelde sem causa. Não votou em Ramez Tebet, entrou no jogo do PFL e ainda contribui para a eleição de um presidente do Senado com maioria questionável. O que é péssimo para a instituição.

Os oposicionistas, que tinham concordado em referendar o nome do PMDB, até para não quebrar o princípio da proporcionalidade na composição da mesa diretora – porque estava em disputa apenas a presidência –, reagiram com o fígado às manobras do PMDB horas antes no Conselho de Ética. Ou seja, com raiva entraram de gaiatos num navio cujo comando não lhes pertencia.

No que tange ao acerto governista com vistas a 2002, a única chance de acontecer com razoável eficácia é, daqui em diante, o perigo da derrota funcionar como freio de arrumação. De qualquer forma, terá sido um acerto artificial meramente produzido pelas circunstâncias. Que, aliás, se não se apresentarem gravemente adversas logo, poderá ser tarde para servir de dique às vaidades. O eleitor, à falta de propostas nítidas, dará seu próprio jeito.

Jorge Bornhausen identifica o perigo, acha que é urgente uma rodada de conversas sem “pratos feitos”. Mas ele mesmo apresenta seus pratos, que recebem os nomes de Roseana Sarney e Geraldo Alckmin. Já o PSDB fala na possibilidade de outros cabeças-de-chapa, mas da boca para dentro nem sonha com a possibilidade de que não venham a ser José Serra ou Tasso Jereissati. O PMDB, da mesma forma, quer sentar na tal mesa de negociações com um nome forte, o de Jarbas Vasconcelos.

Bornhausen reafirma que rejeita vetos, mas aponta que o candidato terá de ser não apenas preparado pessoalmente, mas viável eleitoralmente. E aí, já exclui José Serra que, para ele, só atende ao primeiro requisito, e “eleição não é vestibular”. A tese do presidente do PFL é a de que a existência de pessoas em boas condições pessoais de concorrer em vez de complicar facilita, porque confere estatura e seriedade ao debate.

A questão é saber se há espíritos dispostos mesmo a uma discussão não contaminada pelos interesses específicos daqueles que, nessa altura, discursam pela unidade, mas agem como se o objetivo real fosse apenas reunir um bom cacife, acumular forças para enfrentar o pretendido parceiro como se adversário fosse.

Há quem acredite que a necessidade cuidará sozinha de convergir posições, aplacar divergências e embutir os espíritos de PFL, PMDB, PSDB e PPB do lema da família que reza unida permanece unida.

Como no horizonte ainda não se vislumbram a oração nem o sacerdote, mais prudente é esperar para conferir a consecução do milagre.



GOVERNISTAS

JÁ FORAM

MELHORES

NO QUESITO

UNIDOS

VENCEREMOS